

O trabalho do psicopedagogo institucional

LIGIA DE CARVALHO ABÕES VERCELLI*

Resumo

Este texto tem por objetivo definir a Psicopedagogia como área de conhecimento e apresentar os campos de atuação do psicopedagogo a fim de avaliar o papel desse profissional na área institucional – escolar. Esta escolha se deve pelo fato de lecionarmos em cursos de formação de professores, especificamente Pedagogia, onde possuem muitos alunos que têm interesse em atuar como psicopedagogos institucionais. Trata-se, portanto, de uma resposta a essa demanda de discentes que nos procuram para esclarecerem suas dúvidas a respeito desta área de conhecimento.

Palavras-chave: psicopedagogia, escola, aprendizagem.

Abstract

This paper aims to define Psychology as an area of knowledge and present the fields of activity of psychopedagogists to assess the role of a trader in the institutional area – school. This choice is due to the fact to teach in training courses for teachers, specifically Pedagogy, where they have many students who are interested in serving as institutional educational psychologists. It is therefore a response to this demand of students we seek to clarify their doubts about this area of expertise.

Key words: educational psychology, school, learning.



* **LIGIA DE CARVALHO ABÕES VERCELLI** é doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de pós-graduação em educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

Introdução

A Psicopedagogia é um campo do conhecimento que faz interlocução com as áreas da educação e da saúde e possui como objeto de estudo a aprendizagem humana. Tem por finalidade compreender os padrões evolutivos normais e patológicos do processo de aprendizagem, considerando a influência da família, da escola e da sociedade no desenvolvimento. A Psicopedagogia realiza seu trabalho por meio de processos e estratégias que levam em conta a individualidade do aprendente¹, portanto é uma práxis comprometida com a melhoria das condições de aprendizagem.

Trata-se de um campo de estudo que se utiliza dos conhecimentos de diversas áreas, a saber: da psicologia, da pedagogia, da psicanálise, da medicina, da linguística, da semiótica, da neuropsicologia, da psicofisiologia e da filosofia humanista-existencial. Para tal, é necessário ter em mente que, segundo o artigo 4º do código de ética do psicopedagogo estarão em condições de exercício da Psicopedagogia:

[...] os profissionais graduados em 3º grau, portadores de certificados de curso de Pós-Graduação de Psicopedagogia, ministrado em estabelecimento de ensino oficial e/ou reconhecido, ou mediante direitos adquiridos, sendo indispensável submeter-se à supervisão e aconselhável trabalho de formação pessoal. (1996, p.1)

Isso significa que não basta o certificado concedido pelo curso *Lato Sensu*, mas assim que começar a atuar, é aconselhável que o psicopedagogo faça supervisão das situações reais com profissionais experientes. Além disso, é importante que o psicopedagogo trabalhe

¹ Aprendente – termo usado na Psicopedagogia Argentina para se referir ao aluno.

terapeuticamente as questões relacionadas à sua própria aprendizagem para que, emocionalmente, dê conta de exercer a profissão sem que os “fantasmas”² de seu passado escolar, caso existam, interfiram na relação professor/aluno/escola.

O artigo mencionado acima não especifica em qual curso superior o aluno deverá ser formado antes de ingressar na especialização em Psicopedagogia. Quanto a isso, fazemos nossa ressalva: para nós, somente alunos graduados nas diferentes licenciaturas, em psicologia e em fonoaudiologia é que deveriam exercer a profissão. Por quê?

Entendemos que esses cursos oferecem algumas disciplinas tais como psicologia da educação, psicologia do desenvolvimento, teorias da educação, distúrbios da aprendizagem e da linguagem que fundamentam o trabalho do psicopedagogo que, somadas às disciplinas cursadas na pós-graduação, darão base sólida para o exercício profissional.

Para que um trabalho psicopedagógico tenha sucesso, o profissional deverá considerar os aspectos físicos, emocionais, psicológicos e sociais do indivíduo. A intervenção do psicopedagogo pode se dar tanto na escola, por isso o nome Psicopedagogia institucional com caráter preventivo, quanto na clínica com caráter terapêutico.

De acordo com Bossa (2000) o psicopedagogo clínico tem por meta trabalhar as condições adversas de aprendizagem da criança, do adolescente

² Segundo Laplanche e Pontalis (1970, p. 228) fantasma ou fantasia seria uma “encenação imaginária em que o indivíduo está presente e que figura, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente”.

e do adulto a fim de que recuperem a autoestima perdida no percurso escolar, levando-os a perceber que possuem potencialidades e que são capazes de realizar sozinhos as atividades escolares. O trabalho clínico é realizado em centros de saúde e em clínicas particulares e as atividades geralmente são desenvolvidas individualmente.

A Psicopedagogia institucional acontece nas escolas e tem por objetivo prevenir as dificuldades de aprendizagem e, conseqüentemente, o fracasso escolar. Atualmente, em função do novo contexto educacional do ensino regular que recebe as crianças com necessidades educacionais especiais, a Psicopedagogia tem papel importante auxiliando os professores, os pais e a equipe escolar no trabalho com a inclusão, pois entendemos que somente conceder a vaga à criança com necessidades especiais não é suficiente (BOSSA, 2000).

À escola cabe oferecer condições para que a criança permaneça na instituição e que sua aprendizagem ocorra de forma eficaz, caso contrário continuaremos a presenciar a exclusão dentro do próprio ambiente escolar cujo espaço tem por meta a inclusão de todos. Assim, cabe ao psicopedagogo institucional, junto com a equipe escolar avaliar os fatores que interferem na aprendizagem dos alunos e suas causas.

Psicopedagogia Institucional

A Psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Torna-se ameaçadora, pois em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças

aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem.

Entendemos que a Psicopedagogia institucional tem um papel crucial na ação preventiva, pois a criança e o adolescente que não são entendidos em suas dificuldades iniciais poderão bloquear a aprendizagem e possivelmente necessitarão de atendimento clínico. Segundo Fernández (1990) a criança ou adolescente que chega para atendimento clínico com queixa de fracasso na aprendizagem, provavelmente não recebeu a atenção devida quanto à problemática apresentada e, dificilmente lhe foi dada a oportunidade de expressar seus sentimentos. Essa criança ou jovem perdem o interesse pela escola, pois não veem sentido em aprender.

Desde a década de 1970, o trabalho do psicopedagogo institucional se resume em ajudar crianças e adolescentes a resolver os conflitos que encontram na trajetória escolar e/ou evitar que eles ocorram. Segundo Weiss (1994) o termo Psicopedagogia institucional aparece sob três versões diferentes tanto em relatos orais quanto em artigos de revistas especializadas.

A primeira delas assume que o profissional com especialização em Psicopedagogia trabalha como assessor psicopedagógico, ouvindo e conversando sobre a escola com os diferentes profissionais que nela atuam. Nesse sentido, a autora afirma que seu trabalho seria o “levantamento, a compreensão, a análise das práticas escolares em suas relações com a aprendizagem. Junto com os demais profissionais da escola promoveria a construção de novas práticas produtoras de melhor aprendizagem [...]”. (p. 97)

A segunda versão considera que a Psicopedagogia institucional deve englobar todos os trabalhos que dão suporte pedagógico e/ou clínicos realizados no espaço escolar e por iniciativa da equipe de profissionais que trabalha na escola.

A terceira versão ressalta que a Psicopedagogia institucional deve ser um trabalho de prevenção dos problemas de aprendizagem. O termo prevenção refere-se à melhoria das condições externas proporcionadas pela escola que conduzam à construção da aprendizagem.

Essa última versão nos leva a refletir que o psicopedagogo deve fazer com que a escola seja a solução e não o problema. É na escola que as crianças e os jovens irão adquirir conhecimentos para que possam viver em sociedade. Além disso, o psicopedagogo deverá ajudar a equipe escolar a transformar o ambiente da escola em um espaço de construção do conhecimento. Para isso, ele poderá colaborar na elaboração do projeto pedagógico respondendo a três questões fundamentais: o que ensinar, como ensinar e para que ensinar.

Nossa experiência aponta que muitos professores pedem a presença do psicopedagogo na escola e/ou assessorias com esse profissional, porém quando atividades diferentes são sugeridas para facilitar a aprendizagem dos alunos, são, em muitos casos, ignorados como se pretendêssemos mudar uma cultura que está instalada e que acreditam que sempre deu certo. Diante disso perguntamos: Deu certo para quem? Facilitou a vida de quem?

O psicopedagogo tem por função realizar o diagnóstico institucional para identificar problemas que estão interferindo no processo ensino/aprendizagem dos alunos envolvidos. Muitas vezes um professor

não percebe que a forma que está ensinando não está em consonância com a forma que a criança aprende.

Nesse caso, ele deve orientar o professor a fim de encontrar a melhor forma de ajudar a criança que apresenta dificuldade de aprendizagem. Se houver necessidade ele irá, junto com a equipe escolar, encaminhar a criança para outros profissionais tais como: psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista. Este encaminhamento deverá ser feito depois de esgotadas as possibilidades de intervenção na escola, por isso, a relação professor X psicopedagogo deve a ser a melhor possível.

O trabalho do psicopedagogo institucional tem um caráter preventivo e ele deve contemplar a instituição escolar como um todo. Nesse sentido, Bossa (1999) salienta que o psicopedagogo deve: auxiliar o professor e demais profissionais nas questões pedagógicas e psicopedagógicas; orientar os pais; colaborar com a direção para que haja um bom entrosamento entre todos os integrantes da instituição e, principalmente, ajudar o aluno que esteja sofrendo, qualquer que seja a causa.

Ao iniciar um trabalho psicopedagógico na escola deve haver por parte dos educadores envolvidos reflexão individual e grupal sobre as próprias aprendizagens e sobre as atividades que a escola irá promover. Além disso, devem existir momentos para aprofundamento teórico sobre as diferentes áreas do conhecimento que explicam como se dá a construção do conhecimento humano, além de dinâmicas de grupo sobre diferentes atividades que possam ser realizadas com os alunos.

Corroboramos com a ideia de Weiss (1994) quando sugere que a equipe escolar deva se organizar em grupos operativos para vivenciar o aprender a

aprender. Ex.: Como cada um foi alfabetizado? Obtiveram prazer ou encontraram dificuldades nesta tarefa? Qual foi o sentimento de cada um quanto à aprendizagem da leitura, da escrita, da matemática, da física e das demais áreas do conhecimento? Como os pais reagiram nesse processo? Qual foi a conduta dos professores que tiveram diante do processo de ensino/aprendizagem? Quais os sentimentos despertados nos dias de avaliação?

No grupo operativo cada professor poderá verbalizar os sentimentos que vivenciou enquanto aluno relacionando-os com sua situação enquanto professor. Isso fará com que ele reflita sobre seu papel de ensinante.³

Entendemos necessário trabalhar com vivências educacionais dessa forma, pois segundo Luckesi (2002) os professores repetem modelos inconscientes de conduta principalmente em práticas de avaliação da aprendizagem escolar. O autor salienta que ao invés de os docentes se utilizarem da prática de “avaliação” eles exercitam a prática de “exames”. O que isso significa?

Para Luckesi trata-se de um hábito que está registrado no inconsciente do educador e ele o reproduz sem se perguntar sobre o que esse ato representa e o que trará de benefícios aos alunos. Para o autor, quando o professor avalia, ele diagnostica uma experiência, a fim de repeti-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. Porém, o ato de examinar é classificatório, seletivo e excludente, uma vez que não se destina à construção do melhor resultado possível, mas com a classificação do que é examinado.

³ Ensinante – termo usado por psicopedagogos argentinos para se referir ao professor.

Nesse sentido, o papel do psicopedagogo é fundamental, caso seja capaz de avaliar e não de examinar a conduta dos professores, pois infelizmente, apesar deles dizerem que irão avaliar, o modelo que persiste na maioria das escolas é o de provas marcadas em dias pré-determinados cujos resultados colocam nossas crianças no banco dos réus.

Entendemos que cada instituição tem seu método, suas necessidades e expectativas e o psicopedagogo deverá percebê-las para que efetivamente cumpra seu papel. Para isso, faz-se necessário que a equipe escolar confie e acredite no profissional e esteja solícita a aceitar mudanças, caso contrário, poderá deixar de obter o resultado esperado.

Considerações finais

O trabalho psicopedagógico preventivo tem como objetivo abordar os elementos que envolvem a aprendizagem de maneira que os vínculos estabelecidos sejam sempre bons. Se a relação dialética sujeito/objeto for construída de forma positiva, o processo ensino/aprendizagem ocorrerá de maneira saudável e prazerosa.

Assim, a escola tem por meta proporcionar o aprendizado dos alunos, por isso a equipe pedagógica deve elaborar planejamentos e segui-los de acordo com a realidade daquela escola. O planejamento do conteúdo a ser trabalhado só faz sentido se os professores perceberem que os alunos estão assimilando o que está sendo ensinado, pois a função da escola é favorecer a construção do conhecimento.

Se isso não ocorrer é necessário que a equipe escolar, com auxílio do psicopedagogo, reelabore o planejamento e faça uma reflexão do porquê alguns alunos não aprendem. Além disso, devem-se buscar maneiras diferenciadas para abordar o conteúdo programático e

um deles é partir da realidade da criança e do adolescente.

Todas as situações pedagógicas devem ser adaptadas, contextualizadas pelo professor e ter objetivos claros, pois só assim o aluno terá prazer em aprender. Articular as atividades facilita a aprendizagem e a integração do grupo.

Pichon-Rivière (1995) defende que o aprendizado em grupo implica em uma relação dinâmica e dialética do homem no contexto social, considerando o homem um ser cujas necessidades são satisfeitas socialmente. Assim, o aprendizado depende do “outro”, das relações estabelecidas entre esse “outro” e o ambiente. Para aprender, é necessário tornar explícito o implícito – medos, vínculos internos.

Para o autor a aprendizagem deve transformar o homem, e tal proposta de transformação se dá no “aqui e agora”, pois nela está inserido o passado, o presente e o futuro. Assim, o grupo pode ser definido como o espaço que se aprende novas matrizes: o grupo real é o contexto do aprender.

A escola não pode se isentar de sua responsabilidade. Cabe ao psicopedagogo institucional, junto com a equipe escolar, analisar os fatores que favorecem ou prejudicam a aprendizagem e colaborar no desenvolvimento de projetos que buscam mudanças naquilo que não está dando certo.

As dificuldades de aprendizagem possuem várias causas. Antes de rotular uma criança com este ou aquele “distúrbio” é necessário ter uma visão ampla da situação. Em muitos casos, basta um olhar sensível e uma escuta apurada. Muitas crianças que são encaminhadas para atendimentos

psicopedagógicos e psicológicos o são sem causa aparente e, nesse caso, a autoestima poderá ser ameaçada. (VERCELLI, 2007)

Para que isso não ocorra à escola precisa confiar no psicopedagogo e estar aberta a mudanças caso sejam necessárias. É essa relação de reciprocidade e troca mútua de conhecimentos que poderá favorecer o processo de aprendizagem de muitos aprendentes.

Referências

BOSSA, Nadia Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. **Dificuldades de aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** São Paulo: Artmed, 2000.

Código de ética da Associação Brasileira de Psicopedagogia IN http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/codigo_de_etica.htm - Reformulado pelo Conselho Nacional e Nato do biênio 95/96 - acesso em 7/6/2011.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. Santos: Martins Fontes, 1970.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, volume 4, nº 2. São Paulo: Universidade Nove de Julho, p. 79 a 88, 2002.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. A psicologia da educação na formação docente. **Dissertação de mestrado**. São Paulo: Universidade Nove de Julho - UNINOVE, 2007.

WEISS, Maria Lúcia Lemme. Psicopedagogia institucional: controvérsias, possibilidades e limites In SARGO, Claudete (org). **A práxis psicopedagógica brasileira**. São Paulo: ABPp, 1994.